

**ANÁLISE HISTÓRICA DA GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA DA
ECI/UFMG: a interrelação entre o contexto social e as dimensões de subjetividade**

**HISTORICAL ANALYSIS OF THE UNDERGRADUATE LIBRARY
PROGRAM OF ECI / UFMG: the interrelation between the social context and the
dimensions of subjectivity**

Alcenir Soares dos Reis

Professora Doutora, Universidade Federal de Minas Gerais
e-mail: alcenirsoares@gmail.com

Gesner Francisco Xavier Junior

Graduando em Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais
e-mail: gesnerxavier@gmail.com

Hugo Avelar Cardoso Pires

Graduando em Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais
e-mail: hugoavelar1990@gmail.com

Resumo

Apresenta e discute os resultados parciais da pesquisa intitulada “Formação acadêmica, inclusão e mobilidade social: história/memória dos estudantes de graduação em Biblioteconomia da ECI/UFMG”, cujo foco de análise é a discussão da interrelação entre a educação superior e os processos de inclusão educacional, ascensão e mobilidade social, tendo como base a experiência vivencial, acadêmica e a trajetória profissional dos graduados/graduandos em Biblioteconomia pela Escola de Ciência da Informação da UFMG no período 1950-2011. No que se refere à fundamentação teórica, a pesquisa tem sustentação nos aportes da Biblioteconomia, Educação, Memória, História e Sociologia. Em termos metodológicos, orienta-se pelos referenciais da pesquisa qualitativa e utiliza a modalidade de história oral. Com relação à operacionalidade da pesquisa foi definido por realizá-la em duas etapas: a primeira de caráter quantitativo e com dados já consolidados apresenta a trajetória da graduação no período 1950-2011; a segunda etapa -em curso- de dimensão qualitativa realiza o resgate das trajetórias/memórias dos discentes tendo em vista apreender as contribuições destas para a formação acadêmica bem como analisar o imbricamento entre história pessoal/história coletiva.

Palavras-chave

Formação acadêmica. Memória. História Oral. Mobilidade Social.

Abstract

This article presents and discusses the partial results of a research entitled “Process of Academic Training, Inclusion and Social Mobility: history/memory of an undergraduate students program in Library of ECI/UFMG”, whose focus of analysis is the discussion of the interrelation between the undergraduate e graduate programs and the processes of social inclusion, rise and social mobility, based on life and academic experiences, and

professional career of graduate / undergraduate students from the Library program of the Information Science School of UFMG. Concerning the theoretical basis, the research has brought the studies and ideas supports from fields such as Library, Education, Memory, History and Sociology. In terms of methodology, the research is guided by the qualitative research and it uses oral history method. The procedure of the research was set by holding it in two steps: first, of the quantitative aspect and with the data already consolidated, shows the trajectory of the undergraduate program in the period of 1950-2011, the second step, -on running-, of the qualitative dimension, will carry out a rescue of the trajectories / memories of students in order to understand these contributions to the academic training as well as to analyze the incorporation between personal / collective history.

Keywords

Higher Education. Memory. Oral History. Social Mobility.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta parte dos resultados da pesquisa que se encontra em curso, *Formação acadêmica, inclusão e mobilidade social: história/memória dos estudantes de graduação em Biblioteconomia da ECI/UFMG*, cujo objetivo é o de recuperar memórias/trajetórias dos discentes (graduados e graduandos) em Biblioteconomia da Escola de Ciência da Informação da UFMG no período 1950-2011 e compreender de que forma a experiência acadêmica contribui/contribuiu para os processos de inclusão educacional, ascensão e mobilidade social.

Constituiu-se como elemento motivador para a reflexão e a formulação das indagações que orientam a pesquisa, os resultados do trabalho publicado pela Pró-Reitoria de Graduação da UFMG em 2006, apresentados no livro *Censo Socioeconômico e Étnico dos Estudantes de Graduação da UFMG*. De autoria de Braga e Peixoto (2006), apresenta o perfil e a realidade sócio-histórica dos estudantes da Universidade em termos do nível de renda, classe social, cor/raça, idade, trajetória escolar e escolaridade dos pais. O Censo tornou evidente ainda que os alunos das áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais e, de forma destacada, os de Biblioteconomia, se constituem como aqueles que economicamente estão inseridos no nível de renda mais baixo comparativamente aos outros estratos de estudantes da UFMG. No que se refere à situação de escolaridade dos pais o estudo também aponta que esta se situa nos níveis básicos da pirâmide educacional.

Ressalva-se, porém, que a explicação desta realidade, apreendida pelos dados do Censo não pode ser transposta para toda a história dos sujeitos formados pela ECI/UFMG, fato que nos levou a uma proposição de pesquisa que pudesse resgatar as histórias/vivências

pessoais em consonância com a trajetória da ECI/UFMG, tendo como âmbito de leitura a realidade macro-estrutural brasileira.

Em razão destes elementos tornou-se possível indagar e buscar apreender a relevância e o papel da Universidade para este grupo de estudantes, destacando-se dentre os questionamentos, os seguintes:

- Qual é o lugar social ocupado pelos alunos de graduação em Biblioteconomia no contexto da UFMG?
- Como se estabelece a relação entre a trajetória educacional e as oportunidades de mobilidade social?
- Como vem se constituindo historicamente a trajetória de formação acadêmica e profissional dos estudantes de Biblioteconomia?
- Qual a relação entre a trajetória de formação acadêmica e profissional destes estudantes e a realidade histórico-social?

Considerando que a temática da pesquisa, por pretender resgatar histórias/memórias tem um caráter importante para o campo da Ciência da Informação, faz-se oportuno apresentar e discutir neste trabalho os resultados parciais oriundos da primeira etapa da pesquisa concernente à sistematização dos referenciais teóricos, das diretrizes metodológicas que a orienta e dos caminhos que devem nortear sua análise, a fim de que os saberes advindos do universo pesquisado possam se constituir não só como resgate das vivências/histórias, mas possibilitar caminhos para ação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No tocante a proposta metodológica, em função dos objetivos da pesquisa, sua realização foi planejada para ser efetivada em duas etapas: a primeira, denominada fase exploratória, possibilitou no âmbito acadêmico, o mapeamento de dados quantitativos referentes ao corpo discente do curso de Biblioteconomia da ECI/UFMG no período 1950-2011, realizado junto a Seção de Ensino e Departamento de Pessoal da ECI/UFMG. No contexto profissional, buscou-se mapear profissionais cadastrados e em exercício profissional junto ao Conselho Regional de Biblioteconomia 6ª Região e ao Sistema de Bibliotecas da UFMG que foram alunos de Biblioteconomia na ECI/UFMG. Paralelamente realizou o mapeamento e sistematização dos referenciais teóricos da pesquisa (processo que deverá ter continuidade na 2ª etapa) que privilegia a interlocução

entre as áreas da Biblioteconomia, Educação, História e Sociologia. Buscou-se ainda reconstituir, através da literatura, a trajetória do curso de graduação em Biblioteconomia da ECI/UFMG e analisar sua inserção no contexto histórico-social. Os dados quantitativos e suas especificações fazem parte dos resultados a serem apresentados neste texto.

Quanto à segunda etapa da pesquisa, de caráter qualitativo, que se encontra em desenvolvimento, a consolidação dos dados da primeira etapa norteou a delimitação de critérios/categorias de incorporação dos sujeitos nesta etapa, a partir dos seguintes recortes:

- a) ex-alunos que pertencem/pertenceram ao quadro da ECI/UFMG como docentes;
- b) ex-alunos que integram como profissionais o quadro de bibliotecários do Sistema de Bibliotecas da UFMG e profissionais que se encontram atuantes no âmbito da educação, em instituições públicas e privadas de ensino de Belo Horizonte; e ainda
- c) profissionais vinculados ao Conselho Regional de Biblioteconomia 6ª Região e em exercício profissional nos demais espaços de atuação, bem como a representação dos estudantes de Biblioteconomia da ECI/UFMG cuja entrada na Universidade tenha sido realizada no período anterior ao ano de 2011.

Deve-se ainda realizar o trabalho aplicando-se critérios amostrais ou com a combinação por escolha intencional dos sujeitos participantes. Em termos da obtenção dos dados, o plano de coleta de dados prevê recuperar, fundamentando-se na metodologia de história oral, as trajetórias/histórias individuais a partir das seguintes possibilidades metodológicas: entrevistas, depoimentos a serem captados via recurso digital e através da modalidade *storytelling*.

Vale destacar que a opção de conjugar as dimensões quantitativa e qualitativa, como norteameto metodológico, parte do pressuposto que a dimensão quantitativa fornece subsídios para o trabalho qualitativo e a interação quantitativo/qualitativo permite ampliar a leitura sobre o universo pesquisado. Além do mais, tal conjugação nos permite caracterizar as singularidades e especificidades das experiências dos sujeitos que marcam a realidade histórica, institucional e profissional.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PESQUISA: interlocução entre educação-história-memória

Há uma crença generalizada no âmbito da vida social, notadamente ao nível do senso comum, de que os processos educativos se constituem como mecanismos através dos quais se podem resolver os problemas da sociedade, estando difundida a idéia de que através da educação será possível instituir-se uma ordem social justa e igualitária, garantindo-se chances iguais para todos em termos de participação nos bens sociais.

Esta perspectiva de análise da realidade social e de compreensão da questão educativa, a partir da ótica acima indicada, encontra respaldo e tem como sustentação teórica a concepção de estratificação social. Dentro desta ótica elegem-se como parâmetros analíticos para a leitura do real as dimensões de “status”, de “papel social”, e a estes se aliam ainda os aspectos correspondentes a questão da ascensão e da mobilidade social.

Entretanto, vale esclarecer que se em uma primeira etapa do trabalho tinha-se como proposição identificar a questão da mobilidade e de ascensão dos estudantes, tal definição foi reavaliada no decorrer dos estudos, haja vista que a pesquisa orienta-se por buscar interpretar a realidade a partir da interlocução entre as dimensões da subjetividade e o contexto histórico-social; portanto, o quadro referencial para leitura da história/memória dos discentes, ao privilegiar a interrelação subjetividade/contexto histórico social deverá se fazer compreendendo os fatos em seus aspectos históricos e a partir de suas contradições, requerendo, portanto a análise a partir da perspectiva sócio-histórica. Será necessário, portanto, que as questões propostas sejam lidas neste quadro teórico.

Tendo se estabelecido a abordagem sob a qual se pretende realizar a análise dos dados da pesquisa, consideramos oportuno sistematizar os eixos que orientam a discussão, apontando os aspectos centrais em relação à questão educacional, a história, em termos sintéticos, da Biblioteconomia no Brasil e na ECI/UFMG bem como os elementos relativos à memória, de forma a captar como estes entrelaçamentos podem subsidiar o entendimento das histórias dos sujeitos e de suas trajetórias, tendo como base sua experiência acadêmica, vivencial e sua prática profissional.

Desta forma, trazer para a discussão no âmbito desta pesquisa estes elementos teóricos decorre da preocupação de integrá-los como aspectos que se constituem em subsídios para a análise dos dados, principalmente em relação à segunda etapa do

trabalho, quando se fará a análise dos dados qualitativos resultantes do resgate da memória/trajetórias pessoais dos graduados/graduandos em Biblioteconomia pela ECI/UFMG.

3.1 EDUCAÇÃO

Analizando a história da educação brasileira fica patente que entre o direito a educação, proclamada em termos legais, e sua viabilidade concreta há uma grande defasagem, conforme se depreende das discussões realizadas por Freitag (1997) Rodrigues (2001); Benevides (1996); Dias (2007), dentre outros.

Freitag (1977) ao resgatar os processos educacionais na sociedade brasileira, através da interação entre as dimensões da escola, do estado e da sociedade, demonstra o caráter assumido pela educação no contexto dos modelos agro-exportador, substituição de importações e internacionalização do mercado, revelando que ao longo da história a educação sempre teve a função de legitimar as diferenças sociais. Porém, a discussão da autora evidencia também que este processo não se fez sem contradições e questionamentos por parte dos que eram excluídos. Em face desta dialética e das próprias necessidades do sistema social a educação vai se ampliando e ganhando distintas possibilidades no âmbito da sociedade brasileira.

Na realidade o que as discussões revelam é o fato de que há o reconhecimento do direito a educação, conforme demarcado na Constituição, mas que sua efetividade, de forma plena, ainda requer lutas e reivindicações para que ela seja democrática e de qualidade para os diferentes estratos sociais.

Prosseguindo na discussão da questão educacional, tendo como ênfase analisá-la como um direito humano, Dias (2007) aponta que dentre estes direitos, a educação se constitui como aquele processo que permite ao indivíduo humanizar-se; esta situação vem se apresentando de forma recorrente, como elemento de luta, ao longo da história. Nesta perspectiva apresenta-se como fator de legitimidade a preocupação de Bobbio (1995, p. 24) de que “o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político.”

Integrando-se aos aspectos acima e dentro da preocupação de se pensar a educação para a democracia, conforme proposto por Benevides (1996) torna-se pertinente destacar quais são os elementos que devem nortear esta visão educativa.

Conforme argumenta a autora, no contexto de democratização da sociedade brasileira, ganha relevância a idéia de que o desenvolvimento não se restringe apenas ao plano econômico, mas que se torna imprescindível o avanço no âmbito político e social. Entretanto, o que se requer estar em pauta não é a centralidade do consumidor ou o privilegiamento em termos de benefícios pessoais ou corporativos, mas a dimensão do “cidadão”.

Valendo-se dos autores clássicos e contemporâneos da área da educação, da política e demarcando as limitações na exploração do tema, em razão das colocações serem apresentadas em conferência, no contexto de um concurso público, a autora explicita sua concepção de educação, conforme os termos indicados a seguir:

Educação é aqui entendida, basicamente, como a formação do ser humano para desenvolver suas potencialidades de conhecimento, julgamento e escolha para viver conscientemente em sociedade, o que inclui a noção de que o processo educacional, em si, contribui tanto para conservar quanto para mudar valores, crenças, mentalidades, costumes e práticas. (BENEVIDES, 1996, p. 225).

Acrescentando-se aos aspectos acima e tendo como foco seu posicionamento Benevides (1996, p. 226) coloca que em face da contradição entre o “país legal” e o “país real” caberá a educação a realização de esforço para a implementação de uma educação para a democracia, definindo-a nos seguintes termos: “Democracia é o regime político fundado na soberania popular e no respeito integral aos direitos humanos”, regime no qual as posições não são imutáveis, em que qualquer cidadão pode ser governante ou governado. Soma-se a esta perspectiva ter presente duas dimensões: “(...) a formação para os valores republicanos e democráticos e a formação para a tomada de decisões políticas em todos os níveis.”

Nesse sentido, Benevides (1996, p. 226-227) explicita que desenvolver uma educação democrática exige-se contemplar três elementos que são imprescindíveis e com relações interdependentes, ou seja:

1) *A formação intelectual e a informação* - da antigüidade clássica aos nossos dias trata-se do desenvolvimento da capacidade de conhecer para melhor escolher. Para formar o cidadão é preciso começar por informá-lo e introduzi-lo às diferentes áreas do conhecimento, inclusive através da literatura e das artes em geral. A falta, ou insuficiência de informações reforça as desigualdades, fomenta injustiças e pode levar a uma verdadeira segregação. No Brasil, aqueles que não têm acesso ao ensino, à informação e às

diversas expressões da cultura *lato sensu*, são, justamente, os mais marginalizados e "excluídos".

2) *A educação moral*, vinculada a uma didática de valores que não se aprendem intelectualmente apenas, mas, sobretudo pela consciência ética, *que é formada tanto de sentimentos quanto de razão*; é a conquista de corações e mentes.

3) A educação do comportamento, desde a escola primária, no sentido de enraizar hábitos de tolerância diante do diferente ou divergente, assim como o aprendizado da cooperação ativa e da subordinação do interesse pessoal ou de grupo ao interesse geral, ao bem comum. Sem participação dos interessados no estabelecimento de metas e em sua execução, como já afirmava Dewey, não existe possibilidade alguma de bem comum. É preciso tempo para sacudir a apatia e a inércia, para despertar o interesse positivo e a energia ativa (Dewey). Ora, é evidente que essa é uma tarefa para a educação para a democracia. (BENEVIDES, 1996, p. 226-227).

Na esteira do que foi afirmado por Benevides (1996), em a formação intelectual e a informação, Almeida (2005, p.42) assegura que “a educação apresenta-se sempre em correlação com a informação, a capacidade de acessá-las e aplicá-la”.

Considerando os parâmetros indicados acima e em face da exposição da autora, uma educação que privilegia a democracia se sustenta na perspectiva de que os sujeitos serão educados no desenvolvimento de uma formação para a discussão, capazes de desenvolver a argumentação e com ênfase na tolerância. Concretamente, conforme enfatiza Benevides (1996) ao se considerar a educação de acordo com os valores republicanos nela estará presente:

- a) O respeito às leis, acima das vontades dos homens e entendidas como “educadoras”;
- b) *o respeito ao bem público*, acima do interesse privado e patriarcal;
- c) *o sentido de responsabilidade no exercício do poder*, inclusive o poder implícito na ação dos educadores, sejam eles professores, orientadores ou demais profissionais do ensino. (BENEVIDES, 1996, p. 230-231).

No que refere aos valores democráticos destaca-se:

- a) A virtude do amor à igualdade [...] e o conseqüente repúdio a qualquer forma de privilégio;
- b) o respeito integral aos direitos humanos;
- c) o acatamento da vontade da maioria, legitimamente formada, porém com constante respeito pelos direitos da minoria (BENEVIDES, 1996, p. 231).

Em termos analíticos Benevides (1996), argumenta que a educação sob a ótica acima descrita tem como lugar privilegiado de sua realização a escola, apesar da

concorrência de outras instituições e dos meios de comunicação. Porém para que haja educação nestes termos, por ser um processo de longo prazo, exige-se uma ação permanente. Nestes termos, Rousseau citado por Benevides (1996, p. 235) explicita que “formar cidadãos não é questão de dias e para tê-los adultos e preciso educá-los desde crianças”.

Somando-se aos aspectos antecedentes Rodrigues (2001), em suas formulações, amplia o escopo em relação à visão da educação à medida que evidencia pontos de convergência e distinção em relação às discussões anteriores.

Portanto, tomando como base o texto de Rodrigues (2001), que trata da função da educação identificamos que na sua reflexão destaca-se a concepção de educação, de cidadania e do processo de constituição de um sujeito ético. Para o autor é preciso romper com a visão de senso comum, do que vem se compreendendo a respeito da educação, na qual se dá ênfase na dimensão do prático e do objetivo e, consoante sua perspectiva, deve-se “trazer à luz os fundamentos da razão educativa”. (RODRIGUES, 2001, p.234).

Conforme questionado pelo autor, quando se coloca que a educação destina-se a preparar os indivíduos para a vida social e para o exercício da cidadania tais formulações são tautológicas, pois se definem por seu próprio conceito; dentro desta perspectiva a questão seria apenas de buscar alternativas metodológicas para sua implementação. Rodrigues (2001) enfatiza não ser este o caminho.

Na realidade a proposta do texto é de evidenciar a complexidade que estes termos envolvem e inclusive situá-los no contexto histórico-político no qual se inserem de forma a demonstrar sua relevância teórica e a estrita relação com a educação, argumento que revela o percurso necessário para a construção do sujeito ético.

Tendo como base os termos das reflexões de Rodrigues (2001) torna-se oportuno colocar em destaque os aspectos relevantes no que se refere à cidadania e a democracia, destacando-se os elementos assinalados a seguir:

a) o conceito de cidadania é um conceito histórico e, portanto o que se compreende por cidadania guarda relação com os contextos no qual o mesmo é formulado; porém, conforme Rodrigues (2001, p. 237) apresenta “na Grécia clássica algumas condições deveriam ser preenchidas. Só poderia ser cidadão o indivíduo livre para expressar e exercer sua vontade no espaço público e assumir as responsabilidades decorrentes dessa vontade”. Tal posição se traduz na seguinte afirmativa: “a cidadania se constrói nos fundamentos da liberdade, da autonomia e da responsabilidade. Estes

conteúdos são condições para a cidadania, e fundamentos para a Ética. (RODRIGUES, 2011, p. 238).

b) em continuidade aos aspectos anteriores detecta-se também que a prática da cidadania se contrapõe a todas as interdições razão pela qual

Os cidadãos munidos dos instrumentos de cidadania tornam-se construtores de formas organizativas e de ação na vida pública. Essa forma de organização social e de ação política denomina-se democracia. Logo, a Democracia é o modo como seres humanos autônomos, livres e responsáveis articulam as diversas vontades e capacidades individuais e coletivas para construir um modo de viver que lhes permita o mais alto grau possível de exercício de sua liberdade, em um espaço público. (RODRIGUES, 2001, p. 238-239).

c) em relação ao processo educativo são colocados os diferentes elementos que o constitui e que nele se faz presente; dentre estes se destacam o fato de que a educação permite a inserção do sujeito na cultura e que ela se faz também pela interiorização dos elementos simbólicos que o permite ler o mundo. Há ainda no contexto destas argumentações a explicitação de que a educação é um processo social e, portanto não é tarefa de um indivíduo ou de uma instituição especializada, mas de todos. Constitui também aspecto importante da educação a construção de sujeito autônomo e livre. Conforme coloca Rodrigues (2001, p.249) enquadrar-se nesta perspectiva implica “o da autonomia da vontade, o da autonomia física e o da autonomia intelectual.”

Em continuidade, complementa que a formação do ser humano deve se realizar em três planos:

O primeiro é o do reconhecimento do mundo e de sua transformação em mundo simbólico. O segundo inclui a disciplinação da vontade e a aquisição dos conhecimentos e das habilidades que constituem a herança social que cada um recebe ao ser transformado em sujeito cultural. E o terceiro deve levar cada um ao reconhecimento de que não é capaz de traçar seu próprio destino sem o concurso das relações instituídas no mundo humano. (RODRIGUES, 2001, p. 248).

Sinteticamente coloca-se: “educar integralmente quer dizer, pois, formar o ser humano nos três planos assinalados. Aí se colocam os patamares de toda educação necessária e completa.” (RODRIGUES, 2001 p.248).

3.2 HISTÓRIA/MEMÓRIA

A incorporação da discussão entre história-memória, tendo como centralidade a relação indivíduo-sociedade decorre da preocupação em apreender os fatos a partir da ótica dos sujeitos, tendo em vista que os estudos na área, regra geral, fazem o resgate do passado privilegiando a dimensão institucional.

Há ainda, como aspecto importante a acrescentar, o posicionamento de Burke (1992) ao enfatizar que como se tem privilegiado a história “vista de cima”, ou seja, no sentido de estar concentrada nos feitos dos grandes homens deve-se inverter tal ênfase à medida que a história não é constituída apenas por esse grupo de pessoas, sendo importante apreender a história “vista de baixo”, com opiniões das pessoas comuns e com sua experiência da mudança social.

Em termos da área nota-se, nesse sentido, a necessidade de desenvolver estudos sob o prisma da história vista de baixo, notadamente em relação ao corpo discente e sua participação no âmbito institucional, situação que justifica compreender esta realidade ampliando a compreensão sobre o campo da Ciência da Informação.

Na realidade observa-se limitadas discussões que tratem, sob o prisma da história e da memória, o papel da formação acadêmica como instrumento de cidadania, inclusão sócio-educacional e de mobilidade social. Colocado os questionamentos acima se torna pertinente incorporar os elementos teóricos que podem subsidiar a análise dos dados da presente pesquisa razão pela qual se agrega as formulações sobre memória baseando-se notadamente nos seguintes autores Bosi (1987; 2003); Nora (1993); Santos (2003), dentre outros.

Em termos teóricos Bosi (1987) em Memória e Sociedade resgata os referenciais teóricos sobre a memória indicando as diferentes perspectivas sob as quais se torna possível resgatar o passado. Chauí (1987) na arguição efetivada no concurso de Ecléa Bosi destaca que a memória é perpassada pelo significado atribuído pelo sujeito ao vivido. Em razão desta perspectiva evidencia: o que fica? Fica o que em mim significa.

Nora (1993) discutindo a relação história-memória aponta os antagonismos que perpassam os conceitos. Desta forma explícita:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p.9).

Há ainda na formulação do autor as distinções que marcam história e memória:

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (...) A memória emerge de um grupo que ela une o que quer dizer como Halbwachs o fez que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações sociais. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p.9).

Entretanto, como há uma interação entre memória e o contexto social de sua produção vale compreender que a mesma por se apresentar como um elemento de subjetividade, não pode ser entendida fora da totalidade na qual o indivíduo se encontra inserido. Desta forma, é preciso avaliar que nossas recordações encontram-se perpassadas pela realidade de quadros sociais mais amplos. Santos (2003), explica:

[...] que o passado só aparece a nós a partir de estruturas ou configurações sociais do presente, e que memória, embora pareça ser exclusivamente individual, é peça de um contexto social que não só nos contém como é anterior a nós mesmos. (SANTOS, 2003; p. 155)

Em síntese, trabalhar com o eixo da história-memória implica apreender a dialética presente na interação entre o contexto histórico e político e as subjetividades que se constroem no curso da realidade social.

4 A GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA NA ECI/UFMG: uma visão histórica

O primeiro curso formal de Biblioteconomia no estado de Minas Gerais tem como marco inicial à data de 25 de março 1950, momento no qual se iniciaram as atividades em Belo Horizonte através de convênio entre a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais e o Instituto Nacional do Livro.

Em relação às instalações ocupadas pelo curso de Biblioteconomia de Belo Horizonte até sua sede definitiva no Campus da UFMG - Pampulha, sua história indica um longo trajeto, destacando-se os seguintes locais: Instituto de Educação de Belo

Horizonte (1950), Associação Médica de Minas Gerais localizada na Avenida João Pinheiro (1951) bem como o uso de salas do Edifício Acaiaca, na Avenida Afonso Pena (1952/1953). No período de 1954-1963 transferiu-se e ocupou parte do porão do Colégio de Aplicação, da Faculdade de Filosofia, na Rua Carangola.

O curso de Biblioteconomia ministrado em Minas Gerais foi incorporado a então Universidade de Minas Gerais (que mudaria de nome em 1965 para Universidade Federal de Minas Gerais), sendo concedido Mandato Universitário ao curso em 1966, permitindo assim o registro de todos os diplomas expedidos desde 1950. O curso passa a ser reconhecido como uma Unidade da UFMG ainda em 1966, sob a denominação de Escola de Biblioteconomia. Deste modo, passou a funcionar no 6º andar do prédio da Reitoria da Universidade onde permaneceu até 1972. Posteriormente, utilizou até 1983 uma das alas do antigo Colégio Universitário, juntamente com a Faculdade de Educação, transferindo-se depois para o terceiro andar do Prédio da Prefeitura da Universidade, atualmente Unidade Administrativa II, até a inauguração da sede atual, em 1990, antes denominada, Escola de Biblioteconomia e, atualmente, Escola de Ciência da Informação.

Quanto à duração do curso, em seu início (1950-1952) a formação era realizada em um ano; no período de 1953-1957 a duração era de dois anos e posteriormente, a partir de 1957, a formação se realiza em três anos. A partir de 1985 a graduação se faz em quatro anos.

4.1 DADOS HISTÓRICOS: uma proposta para ação

De acordo com os dados mapeados relativos à titulação de discentes, a sistematização dos mesmos indica: na década de 50: 143; década de 60: 154; década de 70: 538; década de 80: 467; década de 90: 533; década de 2000: 933; década de 2010: 219, totalizando 2987.

Vale destacar que até o final da década de 1960 o ensino superior brasileiro é caracterizado por ampla seletividade, destacando-se o número de vagas disponíveis e as dificuldades de acesso à Universidade, fato que terminava por privilegiar, de forma majoritária, os sujeitos advindos dos estratos sociais mais altos.

A partir do final da década de 1960 vários fatores contribuíram para o aumento acentuado pela educação superior, entre eles, as mudanças no contexto histórico-político, o crescimento demográfico e a urbanização.

Com a expansão universitária, implementada no período militar, em especial na década de 1970, tem-se a expansão também no número de formandos no Curso de Biblioteconomia da UFMG -538- e se constitui como a segunda década que mais formou bibliotecários nos 61 anos do curso de Biblioteconomia da UFMG.

Após essa expansão do curso vivida na década de 70, conforme nota-se no Gráfico 1, observa-se uma redução de quase 15% no número de formandos - 467 - na década de 80.

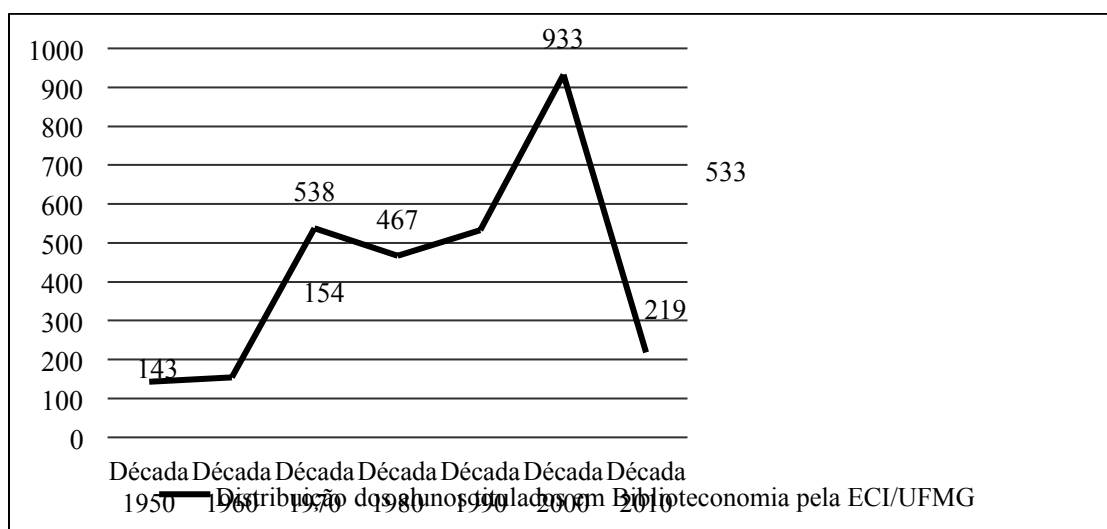


GRÁFICO 1 - Distribuição dos alunos -diurno/noturno- titulados em Biblioteconomia pela ECI/UFMG.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na década de 1990 percebe-se novamente uma evolução na quantidade de alunos titulados que alcança um total de 533. O fato pode ser explicado em função das novas necessidades do mercado e ao mundo globalizado, onde a informação é cada vez mais importante e o bibliotecário, como o profissional especializado em organizar, tratar e disseminar informação torna-se cada vez mais necessário no mercado.

Nos anos 2000, observa-se um crescimento acentuado no número de alunos titulados, fato que pode ser explicado pela criação do curso de Biblioteconomia no período noturno a partir do ano de 2003. Totalizando a quantidade de alunos titulados na década, a composição do turno diurno é integrada por 673 e o noturno com 260. Na

década de 2010, computa-se um total de 219 alunos formados até o segundo semestre de 2011, sendo 123 no diurno e 96 no noturno.

Conclui-se, portanto, que em 61 anos de existência, a ECI/UFMG já titulou até o segundo semestre de 2011, um total de 2987 alunos conforme dados obtidos na primeira etapa da pesquisa.

4.2 A comparação entre gêneros

O curso de Biblioteconomia no Brasil pode ser caracterizado como um curso composto majoritariamente por mulheres. São elas que ocupam grande parte do mercado e a maioria das cadeiras do curso em todo o país. E na UFMG não é diferente, uma vez que o número de mulheres graduadas em Biblioteconomia ao longo desses 61 anos é bastante superior a quantidade de graduados do sexo masculino, fato que pode ser observado a partir da análise da Tabela 1:

TABELA 1
Distribuição dos alunos graduados em Biblioteconomia na ECI/UFMG no período
1950-2011 - Turno diurno

Década	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total de Formados
1950	03	140	143
1960	01	153	154
1970	12	526	538
1980	20	447	467
1990	75	458	533
2000	149	524	673
2010	37	86	123
Total	297	2334	2631

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por outro lado, observa-se uma situação de equivalência em termos de gênero nos alunos pertencentes ao turno da noite.

TABELA 2
Distribuição dos alunos graduados em Biblioteconomia na ECI/UFMG no período
1950-2011 - Turno noturno

Década	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total de Formados
2000	114	146	260
2010	49	47	96
Total	163	193	356

Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise das tabelas acima apresentadas revela que a partir da década de 2000, o número de homens que se graduaram vem aumentando de forma significativa, fato passível de ser explicado pela dinamização e ampliação das possibilidades de atuação do bibliotecário bem como pelo caráter interdisciplinar que vem sendo buscado pela área. A estes aspectos se soma o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação na atividade cotidiana das bibliotecas e dos centros de informação como instrumento fundamental para os processos informacionais.

Ampliando os dados em relação ao universo pesquisado, considerou-se relevante captar, em termos acadêmicos, o número de alunos que deu prosseguimento ao processo formativo no nível de pós-graduação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na ECI/UFMG, conforme apontados a seguir:

TABELA 3

Distribuição por sexo dos ex-alunos de Biblioteconomia da ECI/UFMG que concluíram o Mestrado no PPGCI da ECI/UFMG

Década	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total de Titulados
1950	-	01	01
1960	-	05	05
1970	-	15	15
1980	-	08	08
1990	05	19	24
2000	10	28	38
Total	15	76	91

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em continuidade, há também o levantamento daqueles que alcançaram o doutorado, demonstrado na Tabela 4:

TABELA 4

Distribuição por sexo dos ex-alunos de Biblioteconomia da ECI/UFMG que concluíram o Doutorado no PPGCI da ECI/UFMG

Década	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total de Titulados
1950	-	-	-
1960	-	-	-
1970	-	02	02
1980	-	03	03
1990	01	02	03
2000	-	-	-
Total	01	07	08

Fonte: Elaborado pelos autores.

No que se refere ao corpo docente da ECI/UFMG, foi o mesmo integrado, ao longo de sua história, por 66 ex-alunos graduados em Biblioteconomia, sendo 62 do sexo feminino e 4 do sexo masculino. Destes ex-alunos/docentes encontram-se ainda em atividade 12 profissionais. Vale ainda acrescentar que há no Sistema de Bibliotecas da UFMG 130 profissionais formados pela ECI, sendo 105 do sexo feminino e 25 do sexo masculino. Quanto aos dados obtidos junto ao Conselho Regional de Biblioteconomia 6ª Região foi possível apurar que há um total de 1714 vinculados ao órgão até o primeiro semestre de 2011, correspondendo 1482 mulheres e 232 homens.

5 CONCLUSÕES

Os dados acima sistematizados consolidam, em termos quantitativos, as informações relativas à graduação em Biblioteconomia e pretende-se, de forma complementar, analisar estes dados no quadro histórico-político da realidade brasileira.

Vale ainda esclarecer que prosseguindo no desenvolvimento da segunda fase da pesquisa, dar-se ênfase à dimensão da memória individual e suas conexões com o contexto histórico, de forma a compreender a interação entre história pessoal/história social. Acredita-se que a interconexão entre estas dimensões podem ser os elementos que permitem ao sujeito estabelecer estratégias de ação em face da realidade. É possível inferir, considerando as discussões da literatura, que as vivências resultantes deste processo manifestam-se de forma intrínseca na visão de mundo e nas memórias do sujeito.

Prosseguindo, vale enfatizar que a compreensão das múltiplas configurações e manifestações sociais que interferem na constituição do sujeito requer uma investigação acerca das transformações ocorridas no âmbito da esfera social. Assim, em nossa perspectiva, consideramos importante analisar estas transformações a partir da dinâmica das relações entre os processos políticos, econômicos, sociais, culturais e institucionais, ou seja, buscar compreender a realidade histórica da Biblioteconomia na ECI/UFMG com ênfase na dimensão de totalidade.

Em termos sintéticos é oportuno destacar que ao se buscar compreender a realidade e a história dos graduados/graduandos de Biblioteconomia e lê-la em sua inserção no contexto das histórias pessoais e do contexto social brasileiro amplia-se não

só a compreensão da educação, mas, consolida informações que deverão permitir, no nível institucional e dos sujeitos, o estabelecimento de caminhos e estratégias de ação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. Liberalismo, Educação e Trabalho. *In: Políticas educacionais e práticas pedagógicas: para além da mercadorização do conhecimento*. Malu Almeida (Org.). Campinas, São Paulo: Alínea, 2005. p. 35-45.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a Democracia. São Paulo, *Lua Nova*, n. 38, p.223-238, dez. 1996.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1987.

_____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRAGA, Mauro Mendes; PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda. *Censo socioeconômico e étnico dos estudantes de graduação da UFMG*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CESARINO, M. A. N., VIANNA, M. M. O curso de Graduação em Biblioteconomia da UFMG. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, v.19, n.esp., p.37-67, mar. 1990.

DIAS, Adelaide Alves. Da educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo. *In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2007, p. 441-456.

MUELLER, Suzana P. M. O ensino da Biblioteconomia no Brasil. *Ci. Inf.*, Brasília, v.14, n.1, p.3-15, jan./jun. 1985.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, v.10, p.7-28, dez. 1993.

RODRIGUES, Neidson. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. *Educ. Soc.*, Campinas, v.22, n.76, p. 232-257, out. 2001.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. *Biblioteca como lugar de práticas culturais: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil*. 246f. 2007. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2007. (Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação).

SANTOS, Miriam Sepúlveda dos. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.